

Relatório do Seminário
Tecnologia Social e Incubadoras de
Empreendimentos Solidários

Belém, 16 e 17 de julho de 2008

Apresentação

Esse documento sistematiza os principais pontos das exposições¹ e dos debates realizados no Seminário “Tecnologia Social e Incubadoras de Empreendimentos Solidários” realizado em Belém nos dias 16 e 17 de julho de 2008.

O seminário, promovido pela FASE (Federação dos Órgãos de Assistência Social e Educacional) e pela RTS (Rede de Tecnologias Sociais) contou com a participação de pessoas e organizações que operam nos campos da Tecnologia Social, da Economia Solidária e da Incubação de Empreendimentos Solidários, especialmente na Região Norte do país.

A realização do seminário insere-se dentro do processo de acompanhamento e avaliação dos projetos de incubação de empreendimentos solidários apoiados pela RTS, que vem sendo desenvolvido pela FASE desde 2007 e que já envolveu dois outros eventos (no Rio de Janeiro em novembro de 2007 e em Salvador em abril de 2008). Como nos casos anteriores, o objetivo do seminário foi permitir uma socialização dos resultados, perspectivas e desafios dessas iniciativas e aprofundar aspectos de natureza conceitual, metodológica e política relacionados com os temas da Tecnologia Social e da Economia Solidária.

O relatório está dividido em 3 seções.

A primeira aborda o tema da Tecnologia Social e de suas conexões com a incubação de empreendimentos solidários e o desenvolvimento local.

A segunda apresenta um breve perfil da Economia Solidária no Brasil e sintetiza experiências de programas e políticas públicas de fomento este setor.

A terceira enfoca iniciativas de redes locais e regionais de economia solidária e examina algumas questões relativas à construção de parcerias entre o Estado e a sociedade civil para o fomento da economia solidária.

¹ A versão integral das apresentações exibidas no seminário está disponível no site *Tecnologia Social e Incubação de Empreendimentos Solidários* (<http://www.incubadoras-ts.org.br>).

1 – Tecnologia Social, Incubação de Empreendimentos Solidários e Desenvolvimento Local

Essa seção está dividida em três tópicos. O primeiro sintetiza alguns elementos conceituais relativos ao tema da tecnologia social expostos no seminário. O segundo examina a incubação de empreendimentos solidários sob a ótica da tecnologia social. O terceiro enfoca as possibilidades de interação entre a incubação de empreendimentos solidários e o desenvolvimento local.

Abordagens Conceituais da Tecnologia Social

Durante o seminário foram apresentadas três visões sobre o tema da Tecnologia Social, que embora não sejam necessariamente excludentes entre si, enfatizam aspectos distintos desse campo temático.

A primeira visão tem como ponto de partida a afirmação de Marx, para quem “*O capital, unicamente, não cria a ciência, mas a explora apropriando-se dela no processo produtivo*”. Historicamente, a apropriação da ciência e do desenvolvimento tecnológico pelo capital gerou uma crescente separação entre a tecnologia e o trabalho e uma desarticulação entre o conhecimento do trabalhador e a execução física do trabalho. A tecnologia social busca alterar essa situação, na medida em que direciona o foco do desenvolvimento tecnológico para o atendimento das necessidades dos trabalhadores, possibilitando com isso a superação do fosso entre conhecimento e trabalho e abrindo novas perspectivas de inserção socioproductiva.

A segunda visão situa a questão da tecnologia social dentro do debate acerca da relação entre ciência e sociedade². As interpretações acerca dessa relação podem ser tipificadas em quatro categorias:

- i) A primeira defende a visão tradicional da neutralidade da ciência e tecnologia. As aplicações concretas da tecnologia, bem como as suas conseqüências econômicas e sociais, decorreriam de decisões políticas, que seriam tomadas fora da área de intervenção da ciência.
- ii) A segunda visão, denominada de “determinismo tecnológico”, corresponde à visão marxista ortodoxa, que considera que o progresso da tecnologia (vale dizer da ciência aplicada ao processo produtivo) teria, independente das suas expressões concretas, uma conseqüência social benéfica, na medida em que acirraria a contradição entre o “desenvolvimento das forças

² Essa visão baseia-se no livro recém-publicado *Neutralidade Científica e Determinismo Tecnológico* de autoria do Prof. Renato Dagnino.

produtivas” e as “relações sociais de produção” levando à superação do capitalismo e das formas de opressão e exploração presentes nesse sistema.

- iii) A terceira, designada de “tese fraca da não neutralidade,” rompe com o paradigma da neutralidade científico-tecnológica, na medida que reconhece que a ciência e a tecnologia são construções sociais, que interagem com o ambiente social, econômico e cultural no qual foram concebidas e sobre o qual atuam.
- iv) Por fim, a “tese da não neutralidade forte” parte dos mesmos pressupostos da interpretação anterior mas busca associar as diferentes modalidades de tecnologia aos grupos sociais existentes na sociedade capitalista. De acordo com essa concepção, a tecnologia convencional corresponderia aos interesses dos setores capitalistas hegemônicos, enquanto que a tecnologia social estaria direcionada ao atendimento das necessidades da classe trabalhadora, o que englobaria tanto os trabalhadores assalariados como os participantes dos empreendimentos coletivos e solidários.

Uma terceira visão contextualiza o tema da tecnologia social no momento histórico atual, marcado por uma profunda transformação das formas de organização da produção e da vida social. Como elementos emblemáticos desse momento, podem ser mencionados, o crescente desenvolvimento das técnicas informacionais e o papel estratégico das redes de múltipla natureza (redes empresariais, redes financeiras, redes tecnológicas, redes sociais, etc). O capital tem buscado utilizar esses elementos a seu favor, através da apropriação privada dos recursos gerados pelo avanço da tecnologia da informação e da criação de *redes verticalizadas*, capazes de manter e dinamizar o seu processo de reprodução. Nesse quadro, os grandes desafios colocados para a tecnologia social, são, em primeiro lugar, o desenvolvimento e a socialização – dentro de uma ótica não subordinada aos interesses do capital – das potencialidades existentes especialmente (embora não exclusivamente) na área informacional e na viabilização de *redes horizontalizadas*, capazes de articular um elenco diversificado de atores do campo popular e de impulsionar processos de valorização dos saberes e práticas populares, de repartição do conhecimento e da riqueza e de mobilização socioprodutiva dos territórios.

A Incubação de Empreendimentos Solidários como Tecnologia Social

O entendimento da incubação de empreendimentos solidários como uma tecnologia social, baseia-se na definição de tecnologia social adotada pela RTS. De acordo com essa definição, tecnologias sociais são “*produtos, técnicas e metodologias*

reaplicáveis, desenvolvidos em interação com a comunidade e que representem efetivas soluções de transformação social”

A incubação de empreendimentos solidários enquadra-se plenamente dentro dessa definição, na medida que:

- É desenvolvida em permanente interação com as comunidades e com os empreendimentos incubados
- Promove a transformação social, na medida que favorece a descentralização do poder econômica e a autonomização social e produtiva dos grupos envolvidos
- É reaplicável, o que significa, por um lado, que ela possui um potencial multiplicador e, por outro, lado que ela é passível de ser adaptada a diferentes contextos sociais, econômicos e culturais.

Essas características da incubação de empreendimentos solidários foram reafirmadas pelos relatos das experiências de 3 incubadoras universitárias presentes ao seminário, vinculadas às universidades federais de Juiz de Fora, do Pará e do Acre.

Apesar de diversas especificidades, as exposições dessas experiências revelam a existência de importantes aspectos em comum, entre os quais pode-se destacar:

- A adoção de uma metodologia de capacitação que contempla as múltiplas dimensões (educacional, política, econômica, social e ambiental) presentes no processo de incubação.
- O esforço de adaptar instrumentos e técnicas gerenciais e produtivas às características e dinâmicas dos empreendimentos solidários e ao nível sociocultural dos seus participantes.
- A ênfase na auto-gestão e na auto-sustentabilidade dos empreendimentos.
- As iniciativas voltadas para a disseminação da tecnologia de incubação, seja através do apoio direto à formação e consolidação de novas incubadoras, seja através das tentativas de inserção da tecnologia de incubação no âmbito de políticas públicas de fomento á economia solidária.

Incubação de Empreendimentos Solidários e Desenvolvimento Local

Outro aspecto debatido no seminário relaciona-se com a interação entre a incubação de empreendimentos solidários e os processos de desenvolvimento local.

Para as incubadoras de empreendimentos solidárias, a inserção em projetos de desenvolvimento local possibilita:

- Um melhor entendimento do ambiente econômico, social, político e cultural no qual os empreendimentos são gerados e no qual vão atuar.
- Uma maior articulação com atores institucionais de diversa natureza existentes ou atuantes na localidade, ampliando as possibilidades de captação de apoios
- A identificação e implementação de oportunidades de negócio com outros agentes econômicos locais.
- O estímulo à formação de redes e cadeias produtivas com outros empreendimentos da economia popular e solidária existentes na localidade.

Por sua vez, um maior acercamento com as incubadoras de empreendimentos solidários pode significar para os processos de desenvolvimento local:

- A agregação de novos conhecimentos, técnicas e metodologias adequadas à realidade local.
- O aumento das oportunidades de qualificação técnica e gerencial e a conseqüente melhoria do capital humano na localidade.
- A ampliação do leque de atores envolvidos com esses processos.
- A incorporação de valores empreendedores e o aumento da geração e da circulação de renda nas comunidades

Em resumo, pode-se afirmar que, além de perseguirem objetivos em boa parte comuns, a incubação de empreendimentos solidários e as iniciativas de desenvolvimento local possuem um alto potencial sinérgico. Trata-se portanto de criar as condições técnicas, gerenciais e político-institucionais para que esse potencial seja adequadamente explorado..

2 – Economia Solidária e Políticas Públicas

Nos últimos anos, tem crescido a importância da economia solidária no âmbito das políticas públicas de geração de trabalho e renda e inclusão social. Um marco desse processo foi sem dúvida a criação em 2003 da SENAES (Secretaria Nacional de Economia Solidária), que vem se constituindo como uma referência nacional e um espaço central de articulação e apoio à disseminação de ações públicas de fomento à economia solidária.

Graças aos esforços da SENAES e de outros atores situados nas 3 esferas de governo, bem como da atuação reivindicatória e propositiva de diversas organizações da sociedade civil, as ações de apoio ao desenvolvimento da economia solidária, até há poucos anos praticamente ausentes da pauta das políticas públicas, envolvem atualmente treze ministérios, quatorze governos estaduais e centenas de administrações municipais.

Essa seção aborda a natureza da economia solidária e de suas relações com as políticas públicas no Brasil. O primeiro tópico apresenta um perfil resumido das principais características desse setor, com base no 2º Mapeamento Nacional da Economia Solidária realizado em 2007, sob coordenação da SENAES. O segundo tópico expõe as concepções e os eixos que norteiam a política de fomento à economia solidária no plano federal. O terceiro tópico enfoca algumas experiências de governos sub-nacionais da Região Norte, expostas no decorrer do seminário.

Perfil da Economia Solidária

O mapeamento realizado em 2007 abrangeu 52% dos municípios brasileiros e permitiu a identificação de 21.959 empreendimentos econômicos solidários (EES). Através de projeções estatísticas, estima-se que o número total de EES existentes em todo o território nacional situe-se em torno de 32 mil. Esse número indica que a tendência à expansão da economia solidária – observável desde a década de 1980 – não tem sido alterada com o crescimento do emprego formal ocorrido nos últimos anos.

De uma forma geral, os EES podem ser classificados em duas categorias:

- i) A categoria majoritária consiste em empreendimentos, cuja função básica é a prestação de algum tipo de serviço a seus integrantes. Nesse caso enquadram-se as associações e cooperativas de pequenos produtores rurais e urbanos, que desenvolvem a produção de bens e serviços em bases familiares ou individuais, mas que realizam atividades em comum,

tais como a comercialização, a compra de matéria-prima e insumos, o uso compartilhados de equipamentos ou instalações, etc.

- ii) A segunda categoria corresponde aos empreendimentos nos quais todas as etapas das atividades econômica são realizadas em conjunto e a propriedade e o domínio dos meios de produção é coletivo. Nesses casos, os integrantes do empreendimento sobrevivem basicamente da remuneração obtida através do trabalho coletivo.

No tocante ao formato jurídico-institucional, os EES encontram-se organizados na forma de associações (52%), cooperativas (10%) e grupos informais (37%). A existência de um nível elevado de informalidade encontra-se provavelmente associada à persistência de um marco regulatório desfavorável à constituição jurídica dos EES, especialmente no caso das cooperativas.

A distribuição setorial dos EES indica uma forte participação das atividades do setor primário (agropecuária, extrativismo e pesca) que concentram 41% do total de empreendimentos. Outros ramos de atividade econômica que aparecem com destaque são: alimentos e bebidas (17%), artefatos artesanais (17%) e têxtil e confecções (10%).

Aproximadamente 60% dos EES têm um faturamento bruto mensal de até R\$ 5.000. O confronto entre receitas e despesas indica a existência de um superávit em 38% dos casos, de um equilíbrio em 34% e de um déficit em 15%. A maioria (62%) dos integrantes dos EES recebe uma remuneração mensal de até um salário mínimo e 88% de até 2 salários mínimos. A remuneração média dos participantes dos EES é de R\$ 334, correspondendo a um pouco mais de um terço da remuneração mensal média dos trabalhadores brasileiros (R\$ 928), de acordo com dados da PNAD 2007.

Concepção e Diretrizes das Políticas Públicas de Economia Solidária

No debate em torno das políticas públicas para a economia solidária, é possível distinguir três visões básicas:

- A primeira considera que a economia solidária reproduz conceitos neoliberais e fortalece a precarização das relações de trabalho, não devendo portanto ser apoiada pelo Estado.
- A segunda entende as políticas de apoio à economia solidária exclusivamente como mecanismos compensatórios, destituídos de um sentido estratégico para o desenvolvimento econômico e social do país.
- A terceira concebe as políticas públicas de economia solidária como estratégias de direito e de desenvolvimento, fundamentadas na

organização associativa e autogestionária das pessoas no mundo do trabalho e na vida social.

É a partir dessa terceira visão que a SENAES e seus parceiros na esfera governamental e na sociedade civil vêm buscando estruturar um sistema público de fomento à economia solidária, capaz de:

- Contemplar múltiplas vertentes de atuação, tais como construção de um marco regulatório adequado, formação, capacitação e assessoria aos EES, apoio à comercialização, acesso ao financiamento, desenvolvimento e reaplicação de tecnologias sociais, etc.
- Envolver diferentes esferas de atuação governamental, como educação, trabalho, ciência e tecnologia, economia e desenvolvimento social.
- Articular estratégias de âmbito nacional com iniciativas de caráter regional, estadual, municipal e local.

Experiências nos planos estadual e municipal

Durante o seminário foram apresentadas 3 experiências de políticas públicas de fomento à economia solidária na região Norte do país, cujas principais características são resumidas a seguir.

- i) *O Programa Estadual de Economia Solidária do Acre (PEES/AC) é uma iniciativa do governo estadual do Acre, através da DESOL (Divisão de Economia Solidária), em parceria com prefeituras municipais e organizações da sociedade civil. O programa tem como objetivo a construção coletiva de uma “política pública de economia solidária, que promova o desenvolvimento local sustentável, que contribua para a geração de trabalho e distribuição de renda, com justiça social e responsabilidade ambiental, através do fomento, por meio de incubação, de empreendimentos econômicos solidários”. A construção do PEES/AC, iniciada em 2007 vem ocorrendo de forma progressiva, através da implantação de projetos, que embora adotem uma mesma base conceitual e metodológica, possuem características específicas. Atualmente o programa abrange 4 projetos: Fomento a EES; Fomento a EES como Estratégia de Desenvolvimento local; Fomento a EES de Mulheres e Fomento a EES – Demanda Espontânea. A metodologia de incubação adotada pelo programa envolve, entre outras as seguintes atividades: diagnóstico socioeconômico, ambiental e territorial; qualificação empreendedora, técnico-produtiva e gerencial; elaboração de planos de*

negócio e projetos técnicos; certificação orgânica e socioambiental; prospecção de mercado, articulação e apoio à participação em feiras e facilitação do acesso ao crédito, através de cooperação com o Programa Estadual do Microcrédito, operado por instituições microfinanceiras locais. Numa fase inicial, de dois anos de duração, o PEES/AC pretende atender a 5.600 pessoas, o que corresponde a 28% dos integrantes dos EES mapeados no estado.

- ii) *O Programa Bolsa-Trabalho* é uma iniciativa do governo estadual do Pará e consiste em um “*investimento em formação profissional, que visa dar oportunidade de acesso ao mundo do trabalho aos jovens paraenses de baixa renda*”. O público-alvo do programa é formado por jovens de 18 a 29 anos, que estejam desempregados há pelo menos 6 meses, residam no Pará há pelo menos 3 anos e possuam uma escolaridade mínima de 5 anos. A estratégia adotada envolve a qualificação profissional dos jovens, a concessão de um auxílio-financeiro no valor de R\$ 70 por mês e o acompanhamento do acesso ao mundo do trabalho, que pode ocorrer de três formas: através da inserção no mercado de trabalho formal, da criação de microempreendimentos familiares e da constituição de empreendimentos solidários. Essa terceira vertente de inserção socioprofissional vincula-se a outras ações de fomento à economia solidária no Pará, entre as quais incluem-se a incubação de EES realizada há vários anos pela UFPA, a construção de um Centro Público Estadual de Economia Solidária, a elaboração de um ante-projeto de Lei Estadual de Economia Solidária e as tentativas de adequação do programa estadual de microcrédito (“Credipará”) às demandas e características dos EES. No campo da economia solidária, a meta do Bolsa-Trabalho é a constituição, até 2010, de 620 EES, com a participação de jovens atendidos pelo programa.
- iii) *O Programa de Economia Solidária de Xinguara* é uma iniciativa da prefeitura daquele município, localizado no sul do Pará, com apoio de organizações da sociedade civil, em particular da *Copatorô*³, que há vários anos desenvolve ações de fomento à economia solidária na região. O marco inicial do programa foi a aprovação em julho de 2006 de uma lei municipal que instituiu o Fundosol, voltado para o financiamento de EES. O fundo é formado com um percentual de 1% da receita tributária, o que corresponde a cerca de R\$ 360 mil, dos quais R\$ 290 mil deveriam ser

³ Ver seção 3 desse documento.

utilizados na concessão de créditos e R\$ 70 mil na formação de um fundo de aval. No início de 2007 foi realizada a primeira Conferência Municipal de Economia Solidária e eleito o Conselho Gestor do Fundosol. A operacionalização do fundo enfrentou no entanto diversos obstáculos, tanto no tocante às negociações com o agente financeiro (Banco do Brasil) quanto em relação à sua viabilização jurídica no contexto da administração municipal. Em razão dessas dificuldades, a estratégia adotada atualmente é a de buscar viabilizar o fundo através de cooperação com o programa estadual de microcrédito, o *Credipará*. A atuação conjunta com o governo estadual tem se refletido também na implantação do Bolsa-Trabalho, que já atendeu mais de 200 jovens residentes no município.

3 – Redes de Economia Solidária e Construção de Parcerias

Além das ações oriundas da esfera governamental, o crescimento da economia solidária vem sendo impulsionado pelo Movimento de Economia Solidária (MES), que abrange um amplo e heterogêneo conjunto de organizações e articulações institucionais, entre os quais incluem-se a rede formada pelo Fórum Brasileiro e pelos Fóruns Estaduais de Economia Solidária, as entidades e redes de capacitação e assessoria, as redes de incubadoras universitárias e as redes locais, regionais e setoriais de empreendimentos solidários, que vêm se constituindo em diversos pontos do país.

Esta seção está dividida em duas partes. Na primeira é apresentada um resumo de três experiências de redes de economia solidária, localizadas nas regiões Norte e Centro-Oeste. Na segunda discute-se as perspectivas e desafios da articulação entre as ações governamentais e da sociedade civil, considerada por diversos participantes do seminário como um requisito fundamental para a construção e consolidação de uma política pública integrada de fomento da economia solidária.

Experiências de Redes de Economia Solidária

Durante o seminário foram relatadas três experiências de construção de redes de economia solidária, sintetizadas a seguir.

- i) *A Copatiorô – Cooperativa de Serviços de Apoio ao Desenvolvimento Humano e Sustentável* tem sua origem no trabalho social realizado na década de 1980 no sul do Pará por entidades vinculadas à Igreja Católica como a CPT (Comissão Pastoral da Terra) e o MEB (Movimento de Educação de Base). Na medida em que, a partir da década de 1990, a Igreja reduziu sua atuação no campo social, tornou-se necessária a criação de uma organização que desse continuidade e ampliasse o trabalho que já vinha sendo desenvolvido. A Copatiorô foi formada por profissionais de diversas áreas de conhecimento e a sua atuação está direcionada para a formação política, a geração de renda (através do apoio à agricultura familiar e ao beneficiamento e comercialização de produtos agroflorestais) e a proteção ambiental (através do incentivo à agroecologia). A atuação mais sistemática no campo da Economia Solidária inicia-se em 2005 com a aprovação de um projeto apresentado pela entidade a um edital da FINEP / RTS. O projeto abrange cinco municípios da região sul do Pará (Conceição do Araguaia, Redenção, Rio Maria, Xinguara e Içarra) e está

estruturado em cinco passos interligados: o primeiro corresponde à formação dos empreendimentos solidários, a partir da potencialização das práticas socioprodutivas locais; o segundo na formação de redes de EES em cada município; o terceiro na construção de uma rede regional de economia solidária; o quarto na utilização dessa experiência como um vetor estruturante para a formulação e implementação de uma Política Pública de Economia Solidária e o quinto na difusão entre os atores participantes do processo da discussão de temas transversais, como a questão de gênero e a sustentabilidade (nas suas dimensões econômica, política, ecológica e sociocultural).

- ii) *A Rede Mato-Grossense de Educação e Socioeconomia Solidária (Rensol)* é uma rede de economia solidária, com a atuação centrada no estado do Mato Grosso, mas cuja influência estende-se também a outras UFs da Região Centro-Oeste. A Rensol teve sua origem na UNEMAT (Universidade Estadual do Mato Grosso) com a criação da primeira incubadora de empreendimentos solidários da região Centro-Oeste. Esse processo expandiu-se inicialmente no âmbito da própria UNEMAT, com a criação de mais seis incubadoras em outras sedes da universidade. Um segundo momento de construção da rede envolveu o apoio à criação e/ou (re)estruturação de outras incubadoras de EES vinculadas a instituições de ensino superior da região Centro-Oeste, como as Universidades Federais do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul, a Universidade de Brasília, a Universidade Católica de Goiás e o Cefet de Cuiabá. Um terceiro passo consistiu na articulação com organizações do movimento social, interessadas em atuar no campo da economia solidária como a Via Campesina, a CPT, a pastoral da juventude rural e o movimento das mulheres camponesas. Atualmente a Rensol abrange três regionais, localizadas na região de Cáceres (sudoeste de Mato Grosso), na região do Araguaia e no norte do estado. Como diversas organizações e pessoas presentes no seminário, a Rensol considera que um desenvolvimento quantitativo e qualitativo da economia solidária pressupõe a existência de uma política pública voltada para o fomento desse setor. No caso do Mato Grosso, destacam-se como ações prioritárias nesse campo, a aprovação definitiva de uma Lei estadual de Economia Solidária (cuja versão inicial, aprovada pela Assembléia Legislativa foi vetada pelo governador) e uma mudança nos critérios de alocação de recursos estatais de fomento do

setor produtivo, que até agora tem beneficiado principalmente o agronegócio de grande porte (especialmente o setor sojeiro).

- iii) *A Rede Tocantina de Fruticultura* é uma articulação de empreendimentos solidários (cooperativas e associações de pequenos produtores) de oito municípios (Igarapé Miri, Mocajuba, Limoeiro do Ajuru, Oeiras do Pará, Moju, Barcarena, Baião e Santa Izabel) da região do Baixo Tocantins. O objetivo da rede é fortalecer a economia solidária e o desenvolvimento regional através do cultivo ecologicamente sustentável, beneficiamento e comercialização de frutas (especialmente o açaí) e outros produtos agrícolas. O processo de construção da rede, iniciado em 2007, com a aprovação de um projeto no âmbito do PLANSEC (Plano Setorial de Qualificação Social e Profissional em Economia Solidária). O projeto está estruturado em três fases: a primeira envolve o cadastramento e a organização das turmas, o lançamento do projeto para a sociedade e a realização de oficinas pedagógicas para educadores, lideranças e coordenadores; a segunda consiste na realização de cursos de capacitação de 200hs com os participantes dos EES, envolvendo temas como auto-gestão, planejamento estratégico, agroecologia, manejo e beneficiamento sustentável e estratégias de comercialização e a terceira compreende a realização de oficinas de avaliação do projeto e de um seminário de socialização dos resultados. A implementação do projeto conta com o apoio dos governos estadual e federal e de organizações da sociedade civil (como a ANTEAG, a Fundação Modert, o Instituto Paulo Freire e sindicatos de trabalhadores rurais).

Estado, Sociedade Civil e Fomento à Economia Solidária

Na visão consensual dos participantes do seminário, a ação conjunta de governos e organizações da sociedade civil constitui-se em um fator essencial para o êxito das iniciativas no campo da economia solidária.

De acordo com as circunstâncias, a atuação das organizações e movimentos sociais pode ser de fundamental importância para:

- Dar início a experiências de pequena escala de fomento à economia solidária (como as descritas acima), passíveis de serem incorporadas por políticas públicas mais abrangentes.
- Influenciar instâncias do poder público para que estas adotem medidas favoráveis ao crescimento da economia solidária.

- Evitar, através da mobilização social, a descontinuidade de ações governamentais de apoio à economia solidária, no caso de mudanças político-administrativas.
- Fornecer uma maior agilidade e eficiência aos programas e políticas de apoio à economia solidária, através da execução direta de ações que enfrentam dificuldades para serem operadas por instâncias governamentais.

Por outro lado, a participação do Estado assume uma importância decisiva, entre outros fatores, para:

- Criar um arcabouço jurídico-institucional adequado à dinâmica e às características dos empreendimentos solidários.
- Gerar um fluxo regular de recursos para as ações institucionais (governamentais e não governamentais) de suporte à economia solidária.
- Assegurar a transversalidade dos programas e políticas de apoio à economia solidária, através da sua articulação com outros vetores de políticas públicas (educação, ciência e tecnologia, desenvolvimento social, etc).

Em síntese, pode-se afirmar que a ação integrada entre Estado e sociedade civil (o que inclui tanto as organizações de suporte técnico e gerencial, como as entidades representativas dos EES) é um requisito básico para a construção de uma política abrangente e eficaz de fomento à economia solidária. Para isso, será necessária a multiplicação (e, em alguns casos, a desobstrução) dos canais de ligação entre sociedade civil e Estado e a criação de esferas públicas ampliadas, que viabilizem a interlocução e a ação coordenada de todos os atores envolvidos nesse processo.

Programação do Seminário

16 de julho de 2008

Abertura

9 h às 10h

- Edson Antunes - Secretária Estadual de Trabalho e Renda do Pará
- Rodrigo Fonseca - FINEP
- Roberto Marinho - Secretaria Nacional de Economia Solidária/MTE
- Pedro Cláudio Cunca Bocayuva - FASE

10h às 12h30min

1 - Tecnologia Social e Incubadoras de Empreendimentos Solidários

- Pedro Cláudio Cunca Bocayuva – FASE
- Ana Livia Souza Coimbra – Intecoop/UFJF
- Larissa Barros – Secretária Executiva da RTS
- Rodrigo Fonseca - Finep
- Moderador: Aldalice Otterloo - Comitê Coordenador da RTS

12h30min às 14h30min – Almoço

14h30min às 17h

2 – Políticas Públicas, Tecnologia Social e Economia Solidária

- Danuza Lemos - Divisão de Economia Solidária/ Secretaria Estadual de Trabalho de Desenvolvimento Ciência e Tecnologia do Acre
- Edson Antunes – Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Renda (SETER) do Pará
- Ana Maria Barros Medrado - Programa de Economia Solidária da Prefeitura de Xinguara/Sul do Pará
- Roberto Marinho – Secretaria Nacional de Economia Solidária/MTE
- Moderador: Pedro Cláudio Cunca Bocayuva – FASE

17 de julho de 2008

9h30min às 12h

3 – Incubadoras Universitárias: Tecnologia Social e Reaplicação

- Armando Lírio de Souza - UFPA
- Pablo Marques- UFAC
- Laudemir Luiz Zart – UNEMAT
- Moderador: Ney Cristina (UFPA) – Vice-Presidente do Forproex - Comitê Coordenador da RTS

12h às 14h - Almoço

14h às 15h

4 - Tecnologia Social, Redes, Movimentos Sociais e Economia Solidária

- Dalvina Batista de Souza - Rede de Empreendedores/as da Economia Popular e Solidária do Sul do Pará
- Geraldo Pereira Teixeira - Coopatorô
- Clóvis Vaillant - Rede Mato-Grossense de Educação e Sócio-Economia Solidária

- Rosevany Mendonça - Rede de Fruticultura do Baixo Tocantins
- Carlos Omar - Fórum Estadual de Economia Solidária do Acre
- Raul Lima – ARPA - Movimento Nacional de Catadores/Amazonas
- Moderador: Luís Dantas - Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Renda (SETER) do Pará

17h – Encerramento e Avaliação do Encontro

- Larissa Barros - Secretária Executiva da Rede de Tecnologia Social (RTS)
- José Dantas - Secretária Estadual de Trabalho e Renda do Pará / SETER - Pará
- Ana Paula Varanda – FASE
- Pedro Claudio Cunha Bocayuva
- Maria José de Souza Barbosa – UFPA
- José Aroldo - SENAES

Lista de Participantes

Nome	Instituição	Telefone	E-mail
Acindino Vieira de Campos	SETER/DECOSOL	(91) 3222-2892	-
Adebaro Alves dos Reis	Coord. Técnico ITCPES/UFPA	(91)3201-7685	adereis@ufpa.br
Ademir J. R. Machado	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	(91)3213-2029	ademir.machado@caixa.gov.br
Adriana Pereira	ITES/UFRA	8803-0836 / 3254-0284	adriana_socorro@yahoo.com.br
Aldalice Oterlloo	Comitê Coordenador da RTS - ABONG		alma@amazon.com.br
Ariane de Nazaré Amoras	PITCPES/UFPA	(91)8182-5978	enairasaroma@yahoo.com.br
Ana Livia Souza Coimbra	Intcoop/UFJF	(32)9102-7782	analivia.coimbra@ufjf.edu.br
Ana Maria Barros Medrado	Programa de Economia Solidária da Prefeitura de Xinguará/Sul do Pará	(94)8118-2765	naninha028@hotmail.com
Ana Paula de Moura Varanda	FASE	(21)2536-7350	anapaula@fase.org.br
André Pantoja Alves	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	(96)3214-1927	andre.p.alves@caixa.gov.br
Ailton Castro Pinheiro	PITCPES/UFPA		tygg2006@yahoo.com.br
Armando Lírio de Souza	PITCPES/UFPA	(51)3392-6752	armandolirio@yahoo.com.br
Augusto Campos de Carvalho Neto	ITES/UFRA	8856-4453	netocarvalho13@yahoo.com.br
Ana Maria Pires Mendes	UFPA (Serviço Social)		apires@ufpa.br

Belto Klésio F. de Souza	Faculdade SEAMA (Rede de Computadores)		bklesio@yahoo.com.br
Benedita de L. B. de Castro	SETER/CEDES	(91)8114-8220	benacastro@yahoo.com.br
Carlos Omar	Fórum Estadual de ES do Acre	(68)9989-0095	carlosasp@yahoo.com.br
Clóvis Vaillant	Rede Mato-Grossense de Educação e Sócio-Economia Solidária	(65)3221-0084	vailantc@terra.com.br
Cristina Valente	FINEP (DEPP/APLA)	(21)2555-0796	cvalente@finep.gov.br
Carlos Amaral	FASE	(21)8331-8966	cas.amaral@yahoo.com.br
Cibelly Almeida	PNUD/ONU		cibellyap@yahoo.com.br
Carmem Barroso Ramos	UEMA	3525-2761	carmembarr@ig.com.br
Cléa Dias Gomes	MOMEPE - Mov. de Mulheres Educadoras Populares	9606-3930	cleapgomes@hotmail.com
Consuelo Lucia de Lima	UFPA		sousa@ufpa.br
Doracy Moraes	FUNDACENTRO	(91)3249-9038	doracym@hotmail.com
Dionísio de Souza Sampaio	IECOS - Instituto de Estudos Costeiros (UFPA- Campus de Bragança)	(91)3425-1593	sampaiods@ufpa.br
Deuzarina Brochado	Assoc. dos Artesãos e Exp. do Pará	(91)3223-1268	andreasena23@yahoo.com.br
Dion Monteiro	Instituto AMAS	9103-4340	dionmonteiro@yahoo.com.br
Darlindo José Pinto	Artesão	8119-2518	-
Dalvina Batista de Souza	Rede de Empreendedores(as) da Economia Popular e Solidária do sul do Pará		-

Danuza Lemos	Divisão de ES/ Secretaria Est. de Trabalho, Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia do Acre	(68)3223-5674	danuza.lemos@ac.gov.br
Eliana Miki Oya	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	(91)8143-0708	eliana.bezerra@caixa.gov.br
Elizabeth do Socorro Santos Dias	UFPA (Economia)	8133-3283	betheco2007@yahoo.com.br
Elisa Cristina A. Neves	UFPA	(91)9146-1781	eneves@ufpa.br
Evandro Ladislau da Silva	UFPA	9162-0863	evandroladislau@gmail.com
Francilene Sousa dos Santos	UFPA (Economia)	(91) 81390326	franciecoinfo@yahoo.com.br
Francisco Xavier Pereira da Costa	INCUBES - Incubadora de Empreendimentos Solidário Popular/UFPA	(83)3216-7654	maruanum@yahoo.com.br
Geraldo Pereira Teixeira	Coopatorô	(94)9147-6314	gerateixeira@hotmail.com
Glauce Lídia Castro	Instituto de Tecnologia Social da Amazônia		-
Inara Helena Serra	SEHAB		nanahserra@hotmail.com
Jacqueline Mendes	UFPA/NUMA/SSBV	9108-8227	jacterre@yahoo.com.br
Jaime dos Santos Carvalho	FAF Castanhal	(91)3412-1644	jaimecarvalho13@yahoo.com.br
José Meireles da Silva	Instituto de Tecnologia Social da Amazônia		-
Kátia Cristina Cordeiro	Centro Com. Morada dos Sonhos	9159-0798	-
Keila Christina Bernardes	ITES/UFRA	9615-7486	jakarezinho_ufra@hotmail.com
Keila Costa Damásio	UFPA/SEDURB	(91)8181-2575	keiladamasio@gmail.com

Keitiane Pereira da Silva	SEHAB/DESO	(91)3288-1683	
Larissa Barros	RTS (Secretaria Executiva)		larissa@rts.org.br
Laís Castro	ITES/UFRA	3245-8004 / 3210-5246	castroufra@hotmail.com
Laudemir Luiz Zart	UNEMAT		laudemirzart13@yahoo.com.br
Lourdes Follmann	Agência Canaã	(94)3392-4355	lourdesffdc@yahoo.com.br
Lauro Romão Ferreira Cardoso	UEPA	8194-9742	lauromao@gmail.com
Lenira Barroso dos Reis	Secretaria de Estado do Trabalho e Empreendedorismo do Amapá	()3212-4121	imupam@bol.com.br
Letícia Rebello Pimentel	FASE	(21)2536-7363	leleduca@hotmail.com
Letícia Sales da Costa Oliveira	ITES/UFRA		leticia.ufra@yahoo.com.br
Lila Pinto da Costa de Moraes	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL		lila.moraes@caixa.gov.br
Lívia Cavalcante	IDESP	8208-8324	liviacavalcante@click21.com.br
Ludmila	SETRE/SESOL (BA)	3115-9945	ludmila.meire@setre.ba.gov.br
Luiz Afonso Vidal	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL		luiz.vidal@caixa.gov.br
Luiz Dantas	SETER - Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Renda do Pará	(91)9616-8497	ldantas_sol@hotmail.com
Manoel Raimundo Vidal de Souza	SETER/DECOSOL	(91) 3223-2405	-
Maria José de S.	PITCPES/UFPA	(91)8177-6802	mariajose@pq.cnpq.br

Margarida Curti Lunetta	Instituto Ethos	(11)3897-2432	margo@ethos.org.br
Maria Dalva da Cruz Luz	SETER/DECOSOL		mdalva.luz@hotmail.com
Maria Lúcia Barroso Ramos	Vice-Presidente da Sociedade Mãe D'Água (São Luis / MA)	(98)3238-9811	luciabarroso@click21.com.br
Maria de Lourdes Oliveira	Centro Com. Morada dos Sonhos	3233-1685	-
Michelle Lopes	RTS (Secretaria Executiva)		comunicacao@rts.org.br
Michelle de Melo Lima	ITES/UFRA		michelle-mi@hotmail.com
Mônica Dantas Coutinho	SETER/DECOSOL	(91) 3222-2893	coutinho@interconect.com.br
Nádia Fialho	UFPA (Prof. Serviço Social)		fialho@ufpa.br
Ney Cristina	Comitê Coordenador da RTS - Presidente do FORPROEX	(91)9943-2691	neycmo@ufpa.br
Núbia Cristina Assunção Miranda	PITCPES/UFPA	(91)8133-1107	nubcam@yahoo.com.br
Odete Helena de Queiroz	SEBRAE	(91)3226-9842	odetequeiroz@yahoo.com.br
Pedro Cláudio Cunha Bocayuva	FASE	(21)2536-7350	pcunha@fase.org.br
Priscyla Maia	PITCPES/UFPA		priscylamaia@yahoo.com.br
Raimundo Miguel Pereira	UEPA (Prof.)		reispereira@oi.com.br
Raimunda Toscano dos Reis	Artesanato Regional	(91)3257-1086	festa2006@uol.com.br
Raul Lima	ARPA - Movimento Nacional de Catadores / Amazonas	(92)8168-1806	amazonascatadores@yahoo.com.br

Regina Elizabeth Carvalho dos Santos	SETER	(91)3224-4247	ninasigae@hotmail.com
Renata Castro Pinheiro	UFPA (Serviço Social)	3243-0780	renatapinheiro_ufpa@hotmail.com
Ricardo da Silva Rodrigues	PITCPES/UFPA		ricardorodrigues87a@hotmail.com
Rejane do Vale Pyle	Sindicato dos Artesãos do Estado do Pará	(91)3272-3891	repyle@hotmail.com
Rodrigo Fonseca	FINEP	(21)2555-0330	rfonseca@gmail.com
Rosa Maria Alexandre da Silva	CONDEL - Conselho de Lideranças Comunitárias de Castanhal	3711-3764	rosamarialexadre@gmail.com
Roselene de Souza Portela	PITCPES/UFPA	(91)9115-3044	roseleneportela@yahoo.com.br
Rosevany Mendonça	SETER/DECOSOL	(91) 3222-2892	rosyecosol@hotmail.com
Rosilene Silva Santos da Costa	INCUBES - Incubadora de Empreendimentos Solidário Popular/UFPB	(83)3216-7654	rscamapa@yahoo.com.br
Rodrigo Albuquerque	UFPA (Economia)	8100-7012	albuquerque@ufpa.br
Rita de Fátima Sousa	MOMEPE - Mov. de Mulheres Educadoras Populares	8124-3612	ritamalosgoes@yahoo.com.br
Rosa Ibiapina dos S.	SETER		rosaibiapina@yahoo.com.br
Roberto Marinho	SENAES/MTE.	(61)3317-6308	roberto.alves@mte.gov.br
Raimundo Bastos	CTBel	(91)8836-6727	roraimundobasto@gmail.com
Roberto Mendes	SIGOV/FSM	8138-5672	robertoparaense@yahoo.com.br
Sibely de Oliveira Pantoja	IAGUA - Instituto Amazônico de Planejamento Urbano e Ambiental	(91)3276-8900	sibely_sspantoja@yahoo.com.br

Soraia Melissa Failache	PITCPES/UFPA	(91)3201-7685	soraiafailache@hotmail.com
Sara Baima Silva	ITES/UFRA		saritabaima@yahoo.com.br
Suzana dos Reis Mesquita	Pedagoga		suzanamesquita@oi.com.br
Suelem Cristina Trindade	ESMAC		sol_suelem@hotmail.com
Tiéure Ribeiro de Oliveira	ITES/UFRA		tieure_ribeiro@yahoo.com.br
Timoteo Konan A. B.	PITCPES/UFPA	(91)8208-6474	tim.boko@yahoo.com.br
Ainda Margarida G. Pereira	SEHAB/DESO	(91)8114-4823	aidamargarida@yahoo.com.br
Alan Neves	SECON		-
Ana Lúcia Dias	Centro Com. Morada dos Sonhos	8123-6802	-
Adriana Miranda	Centro Com. Morada dos Sonhos	3254-8541	-
Andreia Bezerra	SEGOV –CSPS	9187-9574	andreiabezerra@gmail.com
Márcia Janeth da Costa	PITCPES/UFPA	8191-9139	mjaneth22@gmail.com
Moacir Ferreira de Melo	ACCPA	8197-5983	-
Ademir Jordão Faro	SWO – BUJARU	9609-7674	swobujaru.pa@hotmail.com
Meirilea O. da Silva	SWO – BUJARU	8147-8225	meiri22@hotmail.com
Raimundo N. Marvão	Assoc. Moradores	9604-1624	-

Mail Suely dos Santos	Assoc. das Mulheres de Ananideo	3263-2402	-
Márcia Helena Pires	UFPA	3252-0440	-
Daniel A. N. dos Santos	PITCPES/UFPA	9608-9603	dands2005@yahoo.com.br
Luiz Carlos N. Alencar	Cooperativa Multiplos Serviços	9135-4185	luizcarlosalencar@yahoo.com.br
Dayse Lima Cavalcante	UEMA	(99)9122-6973	daylic2004@yahoo.com.br
Bruna Elaine Tenório	PITCPES/UFPA	8869-9286	bruna_social@yahoo.com.br
Renata Barbosa Dias	PITCPES/UFPA	8853-4114	renatab.dias@hotmail.com